

História de um nado-morto: o primeiro ministério histórico (1856-1859)

A *pax regeneradora* durou menos de meia dúzia de anos. Mas, enquanto durou, produziu alegadamente o efeito, que alguns acharam nefasto, de esbater as diferenças entre os partidos, de confundir as suas bandeiras e até de espalhar a ilusão de que a política podia ser substituída com vantagem pela simples gestão administrativa. Depois de 1851, cansados da guerrilha doméstica e instruídos pela experiência histórica recente, ex-revolucionários e ex-conservadores descobriram a irrelevância das questões constitucionais e reconheceram a suprema importância das questões materiais. Eram todos, como dizia o deputado Sotto-Mayor com entusiasmo, «chapados progressistas». E, durante algum tempo, a retórica do progresso, simbólica e materialmente representado pelos caminhos de ferro, cujos custos e benefícios se não sabia ainda ao certo por quem e como seriam repartidos, iludiu a verdadeira situação política. À superfície, dominava-a um centro amplo; na realidade, em 1851 a direita triunfara sobre a esquerda. É certo que algumas figuras de proa do velho setembrismo, como José Estêvão ou Rodrigues Sampaio, se tinham passado de armas e bagagens para a Regeneração, dando com isso a aparência de que a velha esquerda desaparecera e que, convertida ao progresso, aceitara diluir-se num bloco regenerador inteiramente votado ao fomento. Mas convém notar que ela o fez — na medida em que o fez — com murmúrios e resmungos que haveriam, em chegando ocasião propícia, de se tornar sonoros. Recorde-se que começou por ser despedida do governo de 22 de Maio de 1851, após o que Rodrigo e Fontes, nomeados para o seguinte (7 de Julho), emprestaram à situação um rosto mais provável. Recorde-se ainda que, depois, foi a recusa da esquerda em ratificar o decreto de conversão da dívida

* Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

de 3 de Dezembro de 1851 que motivou, em Julho de 1852, a dissolução do parlamento. Rodrigo e Fontes ganharam as eleições de Dezembro de 1852, e o *radicalismo* foi praticamente varrido do novo parlamento, onde entre as ausências mais notórias se contaram Leonel Tavares e José Passos¹. Deste modo, primeiro irradiada do governo e depois emagrecida no parlamento, se consolidou e avolumou a dissidência progressista que resultaria no chamado Partido Histórico.

Em Abril de 1853 surge o seu órgão na imprensa, *O Português*, onde Herculano, logo no primeiro número, denunciou o materialismo rasteiro que inspirava a direita regeneradora². No Verão de 1854 a esquerda, encorajada pela perspectiva da ascensão de D. Pedro V ao trono (16-9-55), organiza a comissão central do Partido Progressista *dissidente*³. Em fins de Fevereiro de 1856, Fontes submeteu ao parlamento os seus planos financeiros, destinados a reabilitar o nosso crédito externo e a produzir mais receita interna⁴. Houve discussões e adiamentos, mas nas votações realizadas em 10 de Maio o governo venceu por ampla maioria⁵. Dir-se-ia, portanto, que estava seguro, mas, na realidade, dentro da Câmara dos Pares preparava-se-lhe o naufrágio⁶; e lá fora, no «país», a oposição pôs a correr uma «representação-monstro», um abaixo-assinado contra os projectados impostos que reuniu 50 000 assinaturas. D. Pedro V, talvez convencido da impopularidade do ministério ou porque não apreciasse o estilo pessoal de Fontes, recusou uma terceira fornada, desta vez de doze pares, que Saldanha lhe pediu, e este apresentou a demissão do governo em 2 de Junho⁷. Como viria a repetir-se no futuro, o ministério caiu quando ainda dispunha de uma maioria confortável na Câmara dos Deputados e antes que sofresse um previsível revés na dos Pares.

Depois de confrontado com diversas esquivas —entre as quais a de Passos Manuel⁸—, D. Pedro V acabou por nomear o marquês de Loulé presidente do novo conselho de ministros (6-6-56). Os colegas que este tinha conseguido arranjar eram, a par do emblemático Sá da Bandeira na Marinha e (interino) nas Obras Públicas, alguns rostos amarelados e meio-arrepêndidos do velho setembrismo: Silva Sanches no Reino, José Jorge Loureiro na

¹ Cf. José Miguel Sardica, *A Regeneração sob o Signo do Consenso (a Política e os Partidos entre 1851 e 1861)*, vol. 1, pp. 275-276 (dissertação de mestrado, policopiada, FCSH/UNL, 1997).

² *O Português*, 11-4-53.

³ Cf. José Miguel Sardica, *op. cit.*, pp. 293-295.

⁴ Marques Gomes, *História de Portugal Popular e Ilustrada* de Pinheiro Chagas, vol. XII, pp. 63-67. (Obra daqui em diante referida simplesmente por *História* de P. Chagas).

⁵ Numa delas por 76/29; noutra por 70/37 (id., *ibid.*, p. 66).

⁶ Apesar de duas fornadas, uma de seis pares em 12-1-52, outra de vinte pares em 5-3-53, além de mais quatro nomeações avulsas (id., *ibid.*, p. 73).

⁷ Id., *ibid.*, p. 74.

⁸ Id., *ibid.*, p. 76.

Guerra e (interino) na Fazenda. Elias da Cunha Pessoa, uma personagem sem relevo que já servira sob Saldanha em 1848-1849, completava o elenco com a pasta da Justiça. O marquês de Loulé, que a abstenção de Passos Manuel perfilara como chefe oficial da esquerda, declarou no parlamento que tinha toda a intenção de prosseguir a mesma política do seu antecessor, elegendo, como este, o fomento dos melhoramentos materiais como a prioridade do seu programa⁹. Na Câmara dos Deputados, Fontes Pereira de Melo, falando pela Regeneração, aplaudiu logicamente o propósito e prometeu apoio. Na Câmara dos Pares, Rodrigo da Fonseca e Silva Ferrão fizeram o mesmo¹⁰. Deste modo, o ministério histórico exibiu, logo na sua estreia parlamentar, a «situação falsa» em que se encontrava: tendo subido ao poder contra a Regeneração, protestava que governaria com o programa dela. O conde da Taipa logo alertou que convinha não repetir as «fantasmagorias de progresso» que por pouco «iam levando a nação a uma bancarrota total»; e o visconde de Fonte Arcada exigiu que se cortassem todas as «despesas improdutivas» antes de afligir os povos com mais exacções, lembrando que o novo governo representava a rejeição dos projectos financeiros do anterior, contra os quais o país se manifestara massivamente¹¹. Em Julho, Loulé pediu autorização ao parlamento para contrair um empréstimo de 1500 contos e fez aprovar nas duas câmaras o acordo de Londres anteriormente negociado por Fontes¹². Fontes declarou que este fora «um dos dias mais felizes» da sua vida¹³. Logo a «comissão directora» da dissidência progressista difundiu um «manifesto» (5-9-56) reclamando a purificação deste estado de coisas: «A comissão pretende que o país não confunda dois sistemas opostos de administração, amesquinhando o pensamento da mudança ministerial. A substituição das pessoas não foi um facto estéril; importa uma radical e profunda transformação¹⁴.»

A recapitulação destas vicissitudes destina-se a tornar manifesta a fractura desde sempre existente no Partido Histórico entre uma tendência representada por Loulé, que se inclinava para a colaboração com os regeneradores, e uma tendência *radical* que apostava, pelo contrário, na afirmação da autonomia da esquerda e que exigia, por conseguinte, que uma «substituição de pessoas» desse lugar a uma «profunda transformação» das políticas. Não se renegava a importância decisiva do progresso material da nação, mas pretendia-se que ele se realizasse com «moralidade» e «economia» e sem descuidar

⁹ Id., *ibid.*, p. 83.

¹⁰ Id., *ibid.*, p. 85.

¹¹ Id., *ibid.*, pp. 84-85.

¹² O empréstimo de 1500 contos foi votado por unanimidade em 9-7-56. O acordo de Londres foi discutido e votado nos Pares em 16-17-7-56, e reconfirmado em seguida na Câmara dos Deputados (id., *ibid.*, p. 86).

¹³ Id., *ibid.*, p. 87.

¹⁴ Id., *ibid.*, p. 98.

o progresso espiritual: queriam-se estradas e caminhos de ferro, mas com escolas; e queriam-se as duas coisas sem mais impostos. Mas, afinal, quem não queria tudo isto? Até surgir a questão clerical, desencadeada com a assinatura da concordata com Roma em 21 de Fevereiro de 1857, nunca se concretizou uma alternativa política susceptível de separar as águas com nitidez entre regeneradores e históricos.

A vitória do governo nas eleições ordinárias de 9 de Novembro de 1856, cozinhada por Silva Sanches, foi ambígua. Em Lisboa ganharam os regeneradores. Mas no país, globalmente, venceu uma aliança do governo com os progressistas dissidentes. Isto significa, em primeiro lugar, que o ministério Loulé não se assumia como uma emanção do Partido Popular; depois, que dependia do seu concurso para formar uma maioria no parlamento, onde os regeneradores contavam com mais de quarenta deputados¹⁵. Por outro lado, na câmara alta a maioria não estava garantida. Sobre isto, a autoridade política do governo era nula. Loulé, com a sua proverbial indolência, apenas tinha a recomendá-lo o *pedigree* aristocrático e os serviços, aliás de pouco relevo, prestados à Junta do Porto em 1846-1847. Loureiro sempre fora no passado uma figura de recurso e estava agora por empréstimo na Fazenda. Elias da Cunha Pessoa não contava. Júlio Gomes da Silva Sanches era um velho ex-setembrista desprovido de prestígio. Apenas Sá da Bandeira tinha a recomendá-lo um *curriculum* político consistente e respeitável.

Loureiro saiu logo em Janeiro (23) de 1857. Foi substituído na Fazenda por Silva Sanches e na Guerra por Sá da Bandeira. Quatro ministros ficaram, pois, na posse de oito pastas¹⁶. E, destes, era público que Silva Sanches e Cunha Pessoa queriam sair¹⁷. Correram rumores de que o ministério cairia e de que Lavradio fora chamado pelo rei. Em Março, Loulé chegou a comunicar aos presidentes de ambas as câmaras que o visconde de Castro, um ex-cabralista, recebera o encargo de formar governo. Mas, em vez disso, no dia 14 o marquês apresentou-se, afinal, ao parlamento à frente de um elenco remodelado com três novos ministros: Vicente Ferrer para a Justiça e Negócios Eclesiásticos e a dupla Ávila-Carlos Bento, respectivamente, para a Fazenda e as Obras Públicas. O primeiro era um lente de Coimbra conhecido pelas suas inclinações *radicais*; Ávila, um conservador que tinha sido ministro da Fazenda no último governo do conde de Tomar, era agora o chefe do «avilismo», de que Carlos Bento era o mais fiel soldado. Excluído, como demonstradamente ficara, um acordo com os regeneradores, o progressismo

¹⁵ Id., *ibid.*, p. 119. Para a história destas eleições, v. José Miguel Sardica, *op. cit.*, pp. 327-330.

¹⁶ Presidência e Estrangeiros, Loulé; Reino e Fazenda, Silva Sanches; Justiça, Cunha Pessoa; Guerra, Marinha e Obras Públicas, Sá da Bandeira.

¹⁷ *História* de P. Chagas, vol. xii, p. 118.

histórico precisava, para sobreviver na câmara baixa, de segurar os votos da esquerda, o que se esperava alcançar com a presença de Ferrer no governo, e precisava de segurar, na câmara alta, o apoio de uma parte do conservadorismo, o que era agora facilitado pela amizade de Ávila com os ex-cartistas do conde de Tomar. Loulé, é claro, negou aos seus amigos progressistas que a entrada de Ávila e Carlos Bento implicasse ou significasse uma aliança «com o partido de *direita*»¹⁸, e eles, como «o sr. Ávila» nunca se tornara «saliente por medidas violentas contra os progressistas», aceitaram a cooperação desse «homem honradíssimo» que apenas cometera «o erro de ser ministro com o conde de Tomar»¹⁹. A partir da remodelação de 14 de Março de 1857, durante dois anos, o marquês de Loulé foi-se enredando nesta aliança contraditória entre o progressismo do Partido Histórico e o conservadorismo da facção do duque de Ávila, até que a paralisia que se gerou acabou por derrubá-lo do poder. Com efeito, a demissão de Loulé em 16 de Março de 1859 foi o resultado de um braço-de-ferro entre aquelas duas forças que, não se tendo podido resolver a favor de nenhuma delas, terminou pela inevitável queda do gabinete.

Quando se formou a coligação Loulé-Ávila (14-3-57), estavam já criados os ingredientes com que a esquerda estava decidida a ressuscitar a grande divisão partidária que a Regeneração transitoriamente esbatera. Menos de um mês antes, em 21 de Fevereiro de 1857, assinara-se, finalmente, uma concordata com Roma destinada a regular o padroado português do Oriente. As negociações tinham-se arrastado desde 1851, primeiro conduzidas por Garrett, até 1853, depois por Rodrigo. O zelo anticlerical de Vicente Ferrer exprimiu-se com vigor num relatório ao rei, datado de 16 de Abril²⁰, em que o ministro se dizia impossibilitado de sancionar um acordo em que Roma ofendia o orgulho nacional, desdenhava das prerrogativas da coroa e usurpava os ancestrais direitos da Igreja lusitana. Como era o único ministro a pensar deste modo, demitiu-se em 4 de Maio. Loulé resolveu o caso entregando a pasta da Justiça a Ávila, que passou a acumular com a da Fazenda, e reuniu a maioria no governo civil. Aos cerca de oitenta deputados presentes explicou que, se o parlamento não aprovasse a concordata, apenas restava a alternativa entre a demissão do governo ou a dissolução da câmara²¹. A perspectiva de serem evacuados de São Bento demoveu muitos recalcitrantes.

¹⁸ Referindo-se à «administração de 14 de Março», escrevia *O Português* em 1-2-59: «então se assentou, e se nos indicou claramente, que a administração de 14 de Março não significava acordo algum com o partido de *direita*» (itálico no original).

¹⁹ *O Português*, 4-2-59.

²⁰ *História* de P. Chagas, vol. XII, p. 126.

²¹ *Ibid.*, p. 127.

Herculano, velho liberal e velho católico, chocado e revoltado com a prepotência da cúria romana, que ele interpretava como o sintoma de um imperialismo papal destinado a subjugar as igrejas nacionais e a restabelecer o domínio clerical sobre a sociedade, deu largas à sua indignação num opúsculo intitulado *A Reacção ultramontana em Portugal ou a concordata de 21 de Fevereiro de 1857*²². A imprensa histórica, fazendo-se eco das acusações lavradas pelo erudito historiador e eminente liberal, contribuiu para atizar um clima de exaltado nacionalismo anti-romano que tornou problemática a aprovação parlamentar da concordata. Em 19 de Junho tiveram início as sessões secretas da Câmara, pelo meio das quais o governo teve de reunir várias vezes, a maioria para segurar os seus votos contra as deserções que se anunciavam²³. No dia 2 de Julho, finalmente, a concordata passou por 55 votos contra 34. Muitos faltaram. Apesar do concurso de avilistas e regeneradores²⁴, o ministério apenas venceu por uma equívoca diferença de 21 votos. Equívoca porque não exprimia uma maioria coerente: dos 55 que votaram a favor, muitos não eram deputados governamentais; entre os 34 que votaram contra, avultavam vários nomes da esquerda que era quem, teoricamente, deveria apoiar o governo presidido pelo chefe dos históricos²⁵. Ainda assim, a aprovação era condicional, dependente de o governo obter da Santa Sé «explicações categóricas sobre vários pontos», e foi com esta explícita ressalva que a Câmara dos Pares aprovou também a concordata em 10 de Julho²⁶. O assunto ressurgiria nos princípios de 1859, contribuindo para definir o alinhamento de forças que arrastaria a irremediável queda do governo Loulé-Ávila.

Depois da demissão de Vicente Ferrer (4-5-57), o governo era mais do que nunca e sem disfarce o governo bifronte de Loulé-Ávila. Os resultados das votações exprimiam a sua penosa situação. Até ao final da primeira sessão legislativa, em 11-7-57, escapou uma vez por três votos, outra por quatro e outra ainda por nove²⁷. O encerramento das cortes, até 4-11-57, não lhe valeu para retemperar forças. Logo em 18 de Janeiro, uma moção de censura indirecta apresentada por D. Rodrigo de Meneses — que nas eleições de Novembro de 1856 tinha sido eleito nas listas do governo pelo círculo de Braga — apenas não foi aprovada por seis votos²⁸! Loulé apresentou a demissão ao rei, mas, como este recusasse o elenco que então lhe foi proposto

²² Lisboa, 1857.

²³ *História* de P. Chagas, vol. xii, p. 130.

²⁴ Com destaque para Dias e Sousa, Rodrigues Sampaio, Fontes Pereira de Melo (*ibid.*).

²⁵ Por exemplo, Sá Nogueira, A. de Serpa, J. Filipe Soure, Passos Manuel, José Passos, Thomaz de Carvalho, J. F. Pinto Basto (*ibid.*).

²⁶ *Ibid.*

²⁷ Cf. José Miguel Sardica, *op. cit.*, vol. ii, anexo/iii parte, pp. 606-620.

²⁸ *História* de P. Chagas, vol. xii, p. 131.

por Joaquim António de Aguiar, o marquês voltou, com os mesmos colegas. Era a segunda vez que o primeiro governo histórico se levantava do chão em ano e meio. Passada esta peripécia, azedaram as relações entre avilistas e ex-cartistas na Câmara dos Pares, deixando o governo também aqui em grandes dificuldades²⁹. Não havia outro remédio senão pedir ao rei a dissolução do parlamento e arranjar uma câmara nova com uma maioria fresca.

O rei acedeu — apesar dos votos em contrário de vários conselheiros de Estado³⁰ —, convocou eleições para o dia 2-5-58 e marcou a reabertura das cortes para 7 de Junho. De nada serviriam se o governo não fosse capaz de as dirigir e fazer eleger os seus candidatos. Mas o governo, tal como estava nesta altura, não contava entre os seus membros com nenhum dirigente oficial do Partido Progressista. Loulé era reconhecido como um chefe informal por inerência do cargo de presidente do Conselho de Ministros — e talvez por inerência do cargo de grão-mestre da maçonaria —, mas desde Outubro de 1852 que o seu nome não constava de nenhum órgão ou documento oficial do partido³¹. Foi nestas condições que o Partido Histórico, ou «Partido Popular», representado pelo jornal *O Português*, mostrou toda a sua utilidade como cabo eleitoral. Na província foi principalmente Ávila quem dirigiu as eleições através do governo. Mas em Lisboa, cidade muito politizada, onde havia a defrontar uma coligação de regeneradores, cartistas e legitimistas, eram requeridos outros meios. Em primeiro lugar, precisava-se de listas ganhadoras: *O Português* cozinhou-as em colaboração com o governador civil, o conde de Sobral³². Naturalmente, capitalizou os seus serviços para futuramente firmar e sacar créditos sobre um governo que, tendo aproveitado com a ajuda recebida, ficou depois exposto à pressão e até chantagem dos que lhe tinham fabricado a vitória nas urnas. Começa aqui a longa história das admoestações, ameaças e exigências que *O Português* dirigiria ao governo Loulé sempre que este se arredava da «vereda progressista» que se comprometera a seguir³³. É que o jornal não era órgão «do governo», mas sim, conforme afirmava, do «Partido Popular» ou «Progressista»³⁴, o que, conforme já deixara bem vincado, «realmente faz muita diferença»³⁵.

²⁹ *Ibid.*, pp. 131-132.

³⁰ Votaram contra a concessão da dissolução: barão de Chancelheiros, J. B. da Silva Cabral, conde de Tomar, duque de Saldanha, visconde de Algés; a favor: visconde de Castro, A. J. Ávila, J. Cupertino Aguiar, Ottolini, J. J. Loureiro. O duque da Terceira absteve-se (cf. *História* de P. Chagas, cit., p. 132).

³¹ Cf. J. M. Sardica, *op. cit.*, vol. II, anexo/II parte («Elencos de comissões partidárias; subscritores de manifestos eleitorais»), pp. 540-546.

³² Conforme o jornal lho lembrou sem cerimónia quando este, esquecido da dívida contraída, se atreveu na Câmara dos Pares a criticar os artigos contra as irmãs de caridade.

³³ *O Português*, 19-2-58.

³⁴ *Ibid.*, 23-2-59.

³⁵ *Ibid.*, 9-2-59.

Nas eleições de 2 de Maio de 1858, a oposição perdeu em Lisboa, bem como na maioria dos círculos do país, e o governo viu-se presenteado com uma maioria progressista mais agressivamente diferenciada da oposição regeneradora. Seria óptimo se lá não continuasse a dupla Ávila-Carlos Bento, com o comando de uma apreciável facção parlamentar, reforçada pelo grupo do bispo de Viseu, que começava a ganhar forma. Dentro em breve este «cisma» se revelaria explosivamente. Não tanto na Câmara, onde, nas dezassete votações nominais que ocorreram até 16 de Março de 1859, o governo obteve sempre maiorias expressivas³⁶, mas lá fora — na praça pública e na imprensa — e no seio do próprio governo, onde uma divisão entre «patrícios e plebeus» era o reflexo fiel da fractura do «Partido Liberal» entretanto provocada pela polémica religiosa. A subsequente história da agonia do gabinete Loulé-Ávila apenas se pode compreender no contexto da bipolarização política produzida pelo renascimento do *radicalismo* em torno da questão das irmãs de caridade, desencadeada a partir de Julho de 1858.

A longa e virulenta polémica que em torno dela se gerou (1858-1862), acompanhada, por vezes, de violência de rua e dos primeiros ensaios de *Masspolitik*, transformou a divisão entre progressistas-regeneradores e progressistas-históricos, primeiro, entre regeneradores e históricos ou progressistas, depois, numa luta sem quartel entre liberais e *radicais*. Aos esforços dos primeiros para atrair, absorver e neutralizar os segundos responderam estes com uma cruzada anticlerical destinada, muito precisamente, a descolar a esquerda do conservadorismo regenerador, católico e monárquico, em que nos primeiros anos da Regeneração se tentara diluí-la, e a dotá-la, pelo contrário, de existência política autónoma, com programa próprio. Tal autonomia supunha a formação de governos enérgicos com definição partidária nítida e assumida. Quanto ao programa, visava este, através de sucessivas reformas, *republicanizar gradualmente a monarquia*. Por uma dedução lógica tanto das suas raízes iluministas como dos dados apurados pela experiência, o *radicalismo* via na Igreja católica o principal suporte da ordem política e social que negava a justiça e a igualdade e, portanto, a possibilidade da democracia. Dentro desta visão das coisas, as irmãs de caridade eram a ponta de lança de uma reacção ultramontana orquestrada por Roma com o sinistro propósito de fazer retrogradar «os povos» à época obscurantista em que estes tinham vivido amordaçados pela aliança entre o trono e o altar³⁷.

³⁶ Salvo duas vezes em que venceu por uma diferença, respectivamente, de 17 e 24 votos. De resto, obteve sempre vitórias com para cima de 30 votos de diferença, chegando aos 70 e 80 votos de maioria (cf. José Miguel Sardica, *op. cit.*, vol. II, anexo/III parte, pp. 606-620).

³⁷ Sobre a questão das irmãs de caridade e seu significado político e histórico, v. M. Fátima Bonifácio, «A republicanização da monarquia», in *Apologia da História Política. Estudos sobre o Século XIX*, Lisboa, Quetzal, 1999.

Loulé, grande aristocrata, tio e genro de reis, católico e monárquico, não via em dois padres lazaristas e «meia dúzia de mulheres inofensivas» — que tantas eram as irmãs francesas cuja presença a imprensa denunciou pela primeira vez em 20-6-58 — nenhuma espécie de perigo «no futuro para a liberdade»³⁸. Ávila, ainda menos, e estava, pelo contrário, disposto a defendê-las. Na câmara alta, os dignos pares deploraram em unísono a perseguição que homens ímpios, «escritores populares» amigos do governo, estavam a mover contra esses «anjos» que, segundo o marquês de Ficalho, eram «o alívio da humanidade e a glória da religião»³⁹. Mas *O Português*, que denunciava diariamente o «lazarismo», o «jesuitismo» e o «ultramontanismo» como designações diversas para um só mesmo plano «reaccionário» e «liberticida», reclamava nada menos do que a expulsão das irmãs e seus confessores, uma medida que nas páginas daquele jornal se apresentava directamente conexas com a abolição da Câmara dos Pares⁴⁰, denunciada como um anacronismo escandaloso. Como ao cabo de «50 dias», durante os quais se discutiu na imprensa a escaldante questão, o ministério, dividido entre «patrícios e plebeus», não deixasse sequer adivinhar a «opinião governamental sobre a questão sujeita», *O Português*, falando em nome da «nação liberal», ameaçou desampará-lo se persistisse em tão comprometedor silêncio⁴¹. Foi mesmo mais longe: se o presidente do Conselho não tinha força ou não queria usar a força que tinha, que entregasse o poder aos «amigos» do ministério⁴². Mas, se o que se tramava era uma traição, e se o marquês, fiado na importância do seu nome, não se dispunha a atender ao «brado de justa indignação» da «nação liberal», esta lhe mostraria que «o mundo não pára pelo acabamento de um homem»⁴³.

Era difícil usar de maior franqueza. Ou Loulé arranjava e usava a força precisa para decidir a questão a favor do «Partido Popular», ou este lhe retirava o apoio. A 16 de Agosto o assunto foi trazido à Câmara por três deputados da ala «plebeia» dos históricos, mas apenas para ser remetido a uma comissão na esperança de que lá ficasse sepultado⁴⁴. Logo a seguir o parlamento foi adiado para 11 de Outubro⁴⁵, mas o assunto, longe de morrer,

³⁸ *O Português*, 20-6-58. No mesmo dia começou a campanha anticlerical noutro jornal, *O Asmodeu*.

³⁹ Sessão de 22-6-58, in *DG*, 29-6-58.

⁴⁰ A imprensa, lia-se em *O Português* de 24-6-58, «há-de conseguir a saída do reino das irmãs de caridade francesas e tem poder e há-de tê-lo para lançar por terra essa instituição anómala e absurda do parieto, constante obstáculo ao progresso e civilização desta terra».

⁴¹ *O Português*, 14-8-58.

⁴² *Ibid.*, 17-8-58.

⁴³ *Ibid.*, 18-8-58.

⁴⁴ *DCD*, 16-8-58. Os deputados que levantaram a questão foram Sant'Ana de Vasconcelos, Mendes Leal e Sousa Pinto Bastos. José Estêvão foi quem denunciou a manobra como «um acto de diversão para o espírito público». Mendes Leal, um ex-cabralista, já tinha encetado a sua aproximação à «unha negra».

⁴⁵ Decreto de 14 de Agosto. Reabriu a 11 de Outubro e encerrou a 12.

reviveu na praça pública e na imprensa. *O Português* fingia confiar no patriotismo de Loulé e lembrava-lhe as dívidas que tinha para com o «partido», ameaçando-o com revoltas à medida que os dias passavam sem que o improvável chefe «popular» se pronunciasse por nenhum dos lados. Em 29 de Agosto convidou-o novamente a que entregasse a pasta a outro «homem do partido» que tivesse a energia que lhe faltava a ele. De um lado e de outro as hostes tinham-se encarniçado numa liça em que se perdera todo o sentido do bom senso e da moderação, e o governo, com as mãos atadas pela «pronunciada dissidência» que apartava o «exército ministerial», assistia inerte ao «ódio fratricida» que lavrava na sociedade⁴⁶.

Apertado pela aproximação das eleições suplementares de 17 de Outubro de 1858, o ministério deu penosamente à luz o decreto de 3 de Setembro, destinado a captar a simpatia de «muitos caudilhos eleitorais» que se tinham declarado «em cisma com o governo na questão das irmãs de caridade»⁴⁷. O diploma dava por preenchido o número das irmãs que eram autorizadas a permanecer no país e condicionava o ensino «literário e religioso» ministrado nos estabelecimentos de beneficência à prova das habilitações exigidas por lei. Era quase nada: nada da «expulsão» categoricamente exigida por *O Português* e, quanto ao ensino religioso, em si mesmo não era objecto de nenhuma condenação ou proibição geral. Ainda por cima, no artigo 4.º decretava-se a «restauração e conservação» da Congregação das Servas dos Pobres, fundada por alvará de D. João VI de 14-4-1819. Ou seja, proibia-se a vinda de mais irmãs francesas, mas, em contrapartida, revitalizava-se a irmandade portuguesa.

O Português respondeu declarando guerra a toda a espécie de irmãs, «francesas ou portuguesas». Verificava, triunfante, que graças a esta questão se operara uma maravilhosa «revolução nas ideias e nas tendências»: «Hoje já não há senão dois partidos»⁴⁸; «a nação está extremada em dois campos, o campo da liberdade e o campo do miguelismo»⁴⁹. E o próprio Rodrigues Sampaio, lamentando que tivessem acabado os «belos tempos» em que «as paixões partidárias estavam adormecidas», constatava, também ele, que os velhos «rancores» políticos tinham renascido, que entre «parentes e amigos» reinava a «sizania», e que na sociedade se abrira uma fractura entre o «nobre» e o «plebeu». Latino Coelho carregava o quadro, lembrando que nem na guerra civil entre liberais e absolutistas se tinham outrora cavado divergências de crença religiosa.

Chegadas as coisas a este pé, o governo não tinha via fácil por onde se escapular e *O Português* tencionava, sem dúvida, encostá-lo à parede.

⁴⁶ *Revolução de Setembro*, 5-9-58.

⁴⁷ *Ibid.*, 5-9-58.

⁴⁸ *O Português*, 9-9-58.

⁴⁹ *Ibid.*, 12-9-58.

O Português, quer dizer, a facção *radical* que ali dominava e se tinha por uma espécie de vanguarda do Partido «Histórico» ou «Popular». Queria uma política «progressista» e queria ver homens progressistas no governo. Naturalmente, propunha-se *radicalizá-lo*. Isso implicava polarizar o campo político, um objectivo que no Outono de 1858 estava plenamente alcançado. Mas Loulé e a parte moderada do partido — a «unha branca» — resistiam. Tinham-lhe exigido a expulsão das irmãs, e ele respondera com o decreto de 3 de Setembro, pitorescamente apodado de «anfibiológico». À resistência dos moderados, os *radicais* reagiam com ameaças. Nas colunas de *O Português* mandavam recados, ofereciam conselhos, incutiam coragem, lançavam avisos e, quando nada disto surtia efeito, tentavam a chantagem. Em vésperas das eleições suplementares de 17 de Outubro publicam-se cartas de «correligionários» dizendo que o governo «nada vale sem o auxílio do partido que lhe confiou os seus destinos»⁵⁰. Enquanto isto, Loulé era atacado na Câmara dos Pares por não se opor às heresias semeadas pela sua imprensa e a acintosa oposição com que ali se defrontava o governo ficou patente na escassa maioria de dez votos com que a resposta ao discurso da coroa foi aprovada em 10 de Janeiro de 1859.

É neste aperto dramático que Loulé se vê confrontado com o imperativo de completar o ministério. A Justiça permanecia a cargo do ministro da Fazenda, Ávila. E para a Guerra tinha, entretanto, entrado um homem (Gromicho Couceiro) cujo estado de saúde o impedia de exercer as suas funções. O próprio Loulé continuava a acumular a Presidência com o Reino. De modo que o governo estava reduzido, para todos os efeitos práticos, a três homens: o marquês e a dupla Ávila-Carlos Bento. Era urgente remodelar: mas com quem? Remodelar à esquerda ou à direita? Mais precisamente: devia na «reconstrução» preponderar o «elemento progressista», conforme Loulé tinha indicado que era a sua «inclinação», ou o «elemento conservador», conforme Ávila tinha prometido à sua «parcialidade»⁵¹? Os regeneradores, já então firmemente dirigidos por Fontes⁵², limitavam-se a assistir à paralisia de um governo que a própria imprensa da esquerda apodava de «inerte», «imbecil», «idiota»⁵³. A aproximação ensaiada entre regeneradores e cartistas nas eleições de Maio de 1858 em Lisboa só veio a produzir um resultado superficial dois anos mais tarde⁵⁴ e, de momento, era ao comboio dos históricos que alguns conservadores pensavam atrelar-se para se encaixarem no poder. «A Direita [...] espera [...] da reconstrução colher um ministro ou dois

⁵⁰ Cit. pela *Revolução de Setembro*, 12-10-58.

⁵¹ *Revolução de Setembro*, 27-1-59.

⁵² Que era já Fontes, e não Joaquim António de Aguiar, o chefe da Regeneração, prova-o a exigência dos progressistas de que ele ficasse de fora de qualquer combinação ministerial (cf. *O Português*, 11-2-59, ou *Jornal do Comércio*, 4-2-59).

⁵³ *O Futuro*, 4-12-58 e 31-12-58.

⁵⁴ V. nota 141, *infra*.

da sua parcialidade⁵⁵.» A esquerda esperava o mesmo: «Os novos ministros devem pertencer ao grémio progressista, ou a maioria da Câmara deve retirar ao gabinete o seu apoio⁵⁶.»

O problema da «reconstrução», como foi dito, pôs-se ainda com maior acuidade a partir de Janeiro de 1859, depois que a resposta ao discurso da coroa foi aprovada pelas duas câmaras. Mas, ao contrário do que explicava *O Parlamento*, com esta votação não tinha cessado o «pretexto para a não reconstrução»⁵⁷. Pelo contrário, o governo tinha ainda de enfrentar duas batalhas parlamentares, que prometiam ser das mais procelosas. Numa delas estava em causa a aceitação ou rejeição do que ficou conhecido como o «*ultimatum* do cardeal di Pietro», uma série de condições com que Roma pretendia rematar a concordata de 21 de Fevereiro de 1857; noutra, a aceitação ou rejeição do contrato com Samuel Morton Petto para a construção do caminho de ferro de Lisboa ao Porto⁵⁸. Mas o rol das dificuldades que o governo parecia ter o condão de atrair não terminava aqui.

As recentes epidemias de cólera e febre-amarela que tinham assolado o país e massacrado particularmente a capital tornaram inadiável empreender o melhoramento sanitário da cidade. Para isso, o parlamento autorizou o ministério a contrair um empréstimo de 800 contos, destinado à Câmara Municipal de Lisboa. Ao que se insinuou e, mais tarde, se disse expressamente, o governo sumiu o dinheiro «na voragem das despesas correntes»⁵⁹. O município «pediu, instou, rogou», mas, apesar de «histórico na sua quase totalidade»⁶⁰, nada obteve, acabando por pedir a demissão em sinal de protesto. O governo aceitou-lha e exonerou-o. O resultado das eleições, marcadas para 9-1-59, devia ser tomado como «um protesto de todos os eleitores contra o inqualificável procedimento do governo»; como o desfecho de uma contenda entre «cidadãos honrados», de um lado, e «ministros ou estúpidos, ou imbecis ou reaccionários», do outro⁶¹. Dos doze nomes propostos na lista governamental, nove eram os mesmos da anterior vereação, «contra os quais seria impotente» a influência do governo. Portanto, concluía *O Futuro* com alguma lógica, no dia 9 venceu «a maioria da câmara municipal transacta»; «o município triunfou; a cidade repeliu a afronta e deu ao governo uma lição severa»⁶².

⁵⁵ *Jornal do Comércio*, 1-2-59.

⁵⁶ *O Português*, 12-1-59.

⁵⁷ *O Parlamento*, 11-1-59.

⁵⁸ O «contrato Petto» fora assinado em 8-4-57 pelo ministro das Obras Públicas, Carlos Bento, e necessitava agora de ratificação parlamentar. Admitia-se, geralmente, que esta seria recusada pelo facto de que o contrato era a negação do princípio do concurso que os históricos sempre tinham advogado como método para a adjudicação das grandes obras públicas.

⁵⁹ *O Futuro*, 8-3-59.

⁶⁰ *Revolução de Setembro*, 4-1-59.

⁶¹ *O Futuro*, 9-1-59.

⁶² *Ibid.*, de 12-1-59 e 11-1-59. Da lista proposta pela própria Câmara, apenas não foram eleitos três vereadores pelo Bairro Alto.

O Português só quebrou o silêncio no dia 12. Traíndo o embaraço que o episódio da reeleição da Câmara causara nas hostes ministeriais, noticiou os resultados sem qualquer comentário e a edição desse dia publicou-se sem o editorial do costume. Afinal, todo o caso mais não era do que um lamentável sintoma dos desentendimentos provocados pela prolongada indefinição do governo. A «reconstrução» tardava, apesar de que toda a gente via que ela era «urgentíssima»⁶³. Nos «corredores das câmaras», os deputados da maioria concordavam todos em que «o governo, como está, não pode continuar»; mas nenhum se atrevia a exigi-lo «do alto da tribuna»⁶⁴. Até que um escândalo relacionado com a importação de cereais veio arrancar a «maioria progressista» à angustiante «apatia» em que andava mergulhada.

O governo tinha sido autorizado pela lei de 4-8-58 a regular o comércio de cereais em função das necessidades do mercado interno. Como o assunto mexesse com muitos e poderosos interesses, comprometera-se a não tomar medidas concretas sem previamente se concertar com a maioria. Contrariando a opinião desta, liberalizou a importação pelo decreto de 4-1-59, publicado no *Diário* do dia 8 de Janeiro. Houve murmúrios e amuos e pediu-se uma «interpeção urgente»⁶⁵. Vicente Ferrer declarou que o governo desrespeitara a maioria, Rodrigues Sampaio disse-a «escarnecida»⁶⁶ e ela — uma parte dela — resolveu desafrontar-se. Na votação de uma moção de censura apresentada no dia 14 de Janeiro por três deputados da oposição, o governo ainda conseguiu segurar o grosso das suas hostes, vencendo por larga margem. Mas o exame dos 16 nomes que a aprovaram revela uma significativa convergência entre a oposição *católica*, a oposição regeneradora e a oposição *radical*: está no primeiro caso Mouzinho de Albuquerque (Pinto Coelho esteve ausente); estão no segundo Fontes Pereira de Melo, Rodrigues Sampaio, Mártens Ferrão e Serpa Pimentel (uma aquisição recente dos regeneradores); finalmente, no terceiro caso, Vicente Ferrer, Joaquim Tomás Lobo d'Ávila e José Estêvão⁶⁷. Com estas três defecções, a sorte do governo ficou fatalmente selada. Ferrer, que evoluiria brevemente para um republicanismo confesso, vai ser um dos promotores da campanha anticlerical que culmina, em 1862, com a proposta de laicização do ensino exibida como emblema do governo histórico empossado em 21 de Fevereiro de 1862. Por esta altura (Janeiro de 1859), já o lente de Coimbra estava em rota de colisão com um governo que ele considerava que protegia a «reação religiosa».

⁶³ *O Português*, 16-1-59.

⁶⁴ *Ibid.*,

⁶⁵ *Revolução de Setembro*, 9-1-59.

⁶⁶ *Ibid.*, 13-1-59 e 14-1-59.

⁶⁷ Segundo *O Futuro*, 15-1-59, foi Alves Martins quem conseguiu «fazer entrar» a maioria «na razão». A relação nominal dos votantes está publicada em J. M. Sardica, *op. cit.*, vol. II, pp. 628-632.

Lobo d'Ávila, oriundo da revolução de Fevereiro em Paris e da maçonaria, ascendera, entretanto, a chefe da «unha negra», a ala histórica onde se abrigava o *radicalismo* plebeu e monárquico que se opunha à atração da «unha branca» (Loulé) pela coligação com os avilistas ou pela «fusão» com os regeneradores. José Estêvão estava já divorciado do materialismo regenerador e activamente empenhado na formação de um novo partido, um «partido forte»⁶⁸, unido em torno de «um certo grupo de ideias políticas» e capaz de «levantá-las como bandeira de reformas»⁶⁹. Propunha-se, portanto, vir a reagrupar a esquerda à margem do *establishment* histórico ou até contra ele. Tinha um pequeno séquito que publicava *O Futuro* e contava com Lobo d'Ávila, que de momento se exprimia sobretudo no *Jornal do Comércio*⁷⁰. A partir de finais de 1859, ambos vão convergir através de uma recém-fundada Associação Patriótica⁷¹, o clube popular que viria a organizar os primeiros *meetings* políticos em Portugal e que seria até meados de 1862 a vanguarda da campanha anticlerical que uniu transitoriamente o *radicalismo*. De imediato convergiriam no derrube do governo histórico em 16 de Março de 1859.

Resta esclarecer que lugar tinha neste quadro *O Português*, que se apreçoava como o verdadeiro órgão do «Partido Popular», «Histórico» ou «Progressista» e que era, sem dúvida, apesar de uma relativa mas efectiva independência, o jornal mais ostensivamente ligado ao governo do marquês de Loulé⁷². Perante a indissimulável crise do ministério, apela a um contrato «entre todas as fracções do grande Partido Liberal»⁷³. Por si só, isto diz nada ou muito pouco, dado que o problema estava precisamente em definir os limites ideológicos e políticos de um tal partido: em rigor, apenas a oposição *católica* e legitimista não se dizia liberal. E, no extremo oposto do espectro, o mais inveterado *radicalismo* dizia-se o fidelíssimo intérprete do ideário verdadeiramente *liberal*. Continuator de uma tradição que remonta ao «Partido Nacional» dos tempos da Patuleia, radicalizada pelo anticlericalismo da época, os principais e inconciliáveis inimigos de *O Português* são ainda os «cabralistas», «cartistas» ou «conservadores». Fora isso, está aberto a coligações ou alianças que viabilizem qualquer governo hegemónico pelos

⁶⁸ *Jornal do Comércio*, 23-2-59.

⁶⁹ *O Futuro*, 4-9-58.

⁷⁰ O putativo partido de José Estêvão contaria dentro em breve com a *Política Liberal* e o *Distrito de Aveiro*.

⁷¹ A Associação Patriótica, também conhecida pelo «Clube do Borratém» ou ainda pelo «Beco do Rosendo», formou-se para enquadrar a mobilização popular por ocasião das eleições de 1 de Janeiro de 1860.

⁷² Está noutro caso a *Opinião*, que, esta sim, era uma folha privativa do governo histórico, aliás por ele financiada.

⁷³ *O Português*, 21-1-59.

históricos e que, sendo hegemonzado pelos históricos, seja também francamente «progressista». É certo que o «sr. Ávila» estava no ministério; mas não se tinha garantido que ele não representava lá «a direita»? E o próprio marquês, graças ao qual «o Partido Progressista alcançou elevar-se ao poder do Estado contra todas as previsões»⁷⁴, também parecia às vezes prisioneiro do clericalismo aristocrático próprio das suas relações e ascendência: mas não se tinha ele comprometido com o «Partido Popular»? Era esta a maneira original de o *O Português* entender o «exclusivismo» que a polémica religiosa ressuscitara no final da década de 50: um «exclusivismo» de ideias, não de pessoas. No princípio de 1862, na fase agónica do segundo governo histórico (4-7-60/21-2-62), José Estêvão e Lobo d'Ávila serão mais lógicos: exigirão cor igual das pessoas e das ideias. Mas a pretensão era por enquanto prematura.

Ainda não tinha serenado a exaltação provocada pela questão dos cereais quando rebentou o escândalo, conexo com ela, do fornecimento de «rações e forragens» para a cavalaria da Divisão Militar de Lisboa. Já depois de arrematado em hasta pública, o contrato tinha sido alterado por portaria de 29-11-58, na qual se concedia um aumento do preço a pagar pelo Estado que, conjugado com a liberalização das importações decretada em Janeiro, resultava num chorudo lucro para o arrematante, a expensas da Fazenda pública⁷⁵. A 17 de Janeiro o governo foi interpelado e escapou a uma censura da Câmara dos Deputados por apenas três votos⁷⁶, mas o contrato teve de ser declarado «irrito e nulo»⁷⁷.

Enquanto isto se passava, na câmara alta preparava-se mais um desaire. Proposto e já aprovado pela câmara baixa, começou esta a discutir o chamado «projecto das preterições», com o qual se pretendia indemnizar os oficiais do exército que, por motivos políticos, se diziam «preteridos» desde 1843 nas suas promoções. *O Parlamento* lamentou que a maioria tivesse vindo com este impolítico projecto despertar «rivalidades», «ciúmes» e «aversões» que o tempo tinha enterrado e denunciou o mutismo do governo como um sinal da sua divisão. Depois de não ter tido «a coragem de se pronunciar na câmara electiva»⁷⁸, Loulé assisita agora ao debate na Câmara dos Pares «como estátua do silêncio»⁷⁹. Os pares chumbaram o projecto: rejeitaram «as indemnizações para os oficiais progressistas»⁸⁰, e o governo, esse «deixou abandonada a causa dos seus correligionários»⁸¹, deixou cair

⁷⁴ Como lembrava o *Jornal do Comércio*, de 28-1-59.

⁷⁵ *O Parlamento*, 15-1-59; *Revolução de Setembro*, 11-1-59.

⁷⁶ *O Parlamento*, 20-1-59. O resultado da votação foi de 52/49 a favor do governo.

⁷⁷ *O Futuro*, 8-3-59.

⁷⁸ *O Parlamento*, 14-1-59.

⁷⁹ *Ibid.*, 15-1-59.

⁸⁰ *O Português*, 18-1-59. A votação tinha tido lugar a 15.

⁸¹ *Revolução de Setembro*, 16-1-59.

«miseravelmente a causa dos seus camaradas»⁸². Todo o governo? Não, explicava a *Revolução*, «o sr. Ávila e Carlos Bento, esses triunfaram»⁸³.

Depois desta «votação facciosa da Câmara dos Pares», Thomaz de Carvalho pediu «do alto da tribuna» da Câmara dos Deputados a «reconstrução» que toda a gente andava a pedir pelos «corredores»⁸⁴. Em particular, o governo prometia completar-se, faltando «só achar ministros para as pastas vagas»⁸⁵. Mas os dias foram passando sem que eles se achassem, «e a ideia de crise excluiu-se completamente»⁸⁶. Mas qual crise? «Há-de haver crise quando a coroa confia e a maioria aplaude?», interrogava Ávila na Câmara de Pares⁸⁷. Formalmente, tinha razão: na Câmara dos Deputados o governo não fora derrotado em nenhuma votação, na dos Pares o projecto rejeitado não era ministerial e o rei ainda não emitira qualquer sinal de reprovação. Mas toda a gente sabia que havia crise e que era «escusado dissimulá-la»⁸⁸. Na realidade, estava criada uma situação de absoluto impasse político. Loulé temia que a «pequena coorte» dos deputados avilistas se insurreccionasse contra uma «reconstrução» à esquerda e Ávila temia que uma «combinação contra a maioria progressista» desse azo a uma insurreição da bancada histórica. Nestas circunstâncias, «os caracteres que se prestariam não dão força e os que dão força não se prestam»⁸⁹.

Nos dias seguintes correram notícias contraditórias. Ora se mencionavam nomes de «caracteres» progressistas, ora os de notórios «cabralistas», como o general Ferreri ou o visconde de Castro⁹⁰. De qualquer modo, todos recusavam. A maioria parlamentar, entretanto, desagregava-se a olhos vistos. Dividira-se em duas que faziam reuniões separadamente⁹¹. Uma delas, a que pertenciam Vicente Ferrer e Oliveira Marreca, nomeou uma comissão para exigir do marquês que o governo se completasse «com homens que dessem garantias de uma liberal e civilizadora administração»⁹². Mas como poderia o marquês achá-los antes que fosse encerrada a questão da concordata? Encerrar a questão implicava aceitar as quatro condições transmitidas pelo

⁸² *O Futuro*, 8-3-51.

⁸³ *Ibid.*

⁸⁴ *O Português*, 18-1-59.

⁸⁵ *Ibid.*

⁸⁶ *O Futuro*, 8-3-59.

⁸⁷ Citado pela *Revolução de Setembro*, 4-2-59.

⁸⁸ *O Português*, 21-1-59.

⁸⁹ *Revolução de Setembro*, 27-1-59.

⁹⁰ Nomes de progressistas falados foram Sebastião de Almeida e Brito, Joaquim Filipe de Soure, Silva Sanches, general Francisco Xavier Ferreira (cf. *O Português*, 4-2-59) e ainda Gaspar Pereira e o general Belchior Garcez (cf. *O Português*, 8-2-59).

⁹¹ *O Português*, 6-2-59.

⁹² *Revolução de Setembro*, 4-2-59. Outros nomes indicados por *O Português*, 9-2-59 são: Júlio Guerra, Anselmo Braamcamp, Vaz Preto, Menezes Pitta, Thiago Horta.

cardeal di Pietro em 28-11-58 para que Portugal continuasse na posse do padroado do Oriente e, portanto, reconfirmar implicitamente aquele testemunho da nossa sujeição a Roma. Pondo o dedo na ferida, *O Parlamento* achava que não havia «cavalheiro algum progressista» que se dispusesse a «partilhar da responsabilidade da mesma concordata»⁹³ e a *Revolução* confirmava ter-se espalhado «que não há recomposição ministerial sem se decidir a questão»⁹⁴. Finalmente, *O Português* tirava todas as dúvidas: «Seria péssima estreia a do homem que, para entrar no ministério, fizesse logo o sacrifício do seu amor pátrio, e se prestasse a sancionar um tal documento de opróbrio e abjecção»⁹⁵.

Começaram então as sessões secretas em que se discutiu o momentoso assunto. Segundo o *Jornal do Comércio*, teria competido ao governo recusar energicamente esse «vergonhoso *ultimatum*», em lugar de se descartar da responsabilidade para o parlamento. Mas, constatando que Loulé, infelizmente, se inclinava «sempre contra a liberdade, a favor da reacção», esperava que ao menos a Câmara o repelisse logo «como uma afronta nacional» e salvasse o país «de tamanho aviltamento»⁹⁶. Posto o caso a votos, «venceu a reacção»: por 66 contra 51, «o parlamento português curvou a cabeça às insolentes exigências dos curiais»⁹⁷. Entre os 66 votos a favor do *ultimatum* contaram-se os dos três ministros em exercício: Loulé e a dupla Ávila-Carlos Bento⁹⁸.

O governo vencera por uma diferença de 15 votos. Mas aquilo que era ou devia ser a sua maioria tinha-se estilhaçado e vencera, portanto, contra a parte dela que, unida aos regeneradores, tinha rejeitado o *ultimatum*. Rejeitaram-no, com efeito, destacados históricos e *radicais*, como Sá Nogueira, A. Braamcamp, Oliveira Marreca, barão de Almeirim, Joaquim Tomás Lobo d'Ávila, José Passos, Thiago Horta, Thomás de Carvalho e Vicente Ferrer. A estes juntaram-se o independente José Estêvão e os regeneradores Fontes Pereira de Melo, Rodrigues Sampaio, António Serpa, Mártens Ferrão, Nogueira Soares, Dias e Sousa.

E do lado do governo, quem votou a favor do *ultimatum*? Uma mistura híbrida de serviçais do ministério, de históricos de segunda ou terceira plana, de avilistas, de amigos do bispo de Viseu e de *católicos* legitimistas (representados por Pinto Coelho). Nem uma só figura grada do progressismo. Em vez disso, dois nomes em ascensão na órbita do marquês de Loulé: Sant'Anna

⁹³ *O Parlamento*, 11-2-59.

⁹⁴ *Revolução de Setembro*, 10-2-59.

⁹⁵ *O Português*, 10-2-59.

⁹⁶ *Jornal do Comércio*, 18-2-59.

⁹⁷ *Ibid.*, 19-2-59. A votação deu-se a 18.

⁹⁸ *O Português*, 19-2-59, publicou, e o *Jornal do Comércio*, 20-2-59, transcreveu, a relação nominal dos que votaram contra e a favor.

Vasconcelos e Mendes Leal. O primeiro vinha do *radicalismo*, era acarinhado por *O Português* e já anteriormente demonstrara o seu incondicional desejo de ser útil ao governo do marquês⁹⁹. O segundo vinha do cabralismo e estava em trânsito acelerado para a esquerda, vindo em Fevereiro de 1862 a entrar com Lobo d'Ávila para o mais histórico de sempre dos governos de Loulé, no qual se reuniu, finalmente, a «unha branca» com a «unha negra».

Como se vê, a votação do *ultimatum* complicou ainda mais a posição do governo, ou do que dele restava. Agora, mais do que nunca, «cavalheiro algum progressista» se prestaria a «entrar». Agravou-se, portanto, o «scisma» que lavrava na «igreja progressista»¹⁰⁰. Ainda por cima, tudo se passara em sessões secretas, impedindo «o país» de tomar conhecimento dos «argumentos e ideias» expostos pelos seus «representantes» à porta fechada. O país estava, portanto, impossibilitado de saber quem eram os «reaccionários» e quem eram os «liberais» e só havia uma maneira de o habilitar para fazer esta vital distinção: «É preciso que as câmaras discutam a questão das irmãs de caridade francesas¹⁰¹.» Era tanto mais preciso quanto a «reacção» campeava «ativa» e despidoradamente. Era esta a grande questão que nunca deixara de pairar por trás dos sarilhos que todos os dias agitavam o parlamento, onde a oposição recorria regularmente à «troça» e ao «berreiro» perante a impotência do governo para «esconjurar a tempestade que diariamente estala na câmara electiva»¹⁰². A maioria, «lamuriando o pugilato indecente» a que os ministros eram sujeitos, estava também ela atacada de estupor: assistia «a esta montaria diária de braços cruzados, num silêncio sepulcral»¹⁰³. Urgia arrancá-la a este estado de inanidade.

Já na sessão de 23-12-58 os deputados Vicente Ferrer e José Estêvão tinham requerido à Câmara que se definisse perante o alegado crescendo da reacção em Portugal, assunto aliás já formalmente levantado na anterior sessão de 16 de Agosto, mas que a habilidade de Sant'Ana Vasconcelos remetera para uma comissão que ficara encarregada de o estudar. Continuaram, no entanto, a passar os dias, as semanas e até os meses sem que o governo agendasse a discussão. Alegadamente, a cruzada reaccionária prosseguia a coberto de toda a impunidade. O próprio Latino Coelho, que não partilhava da histeria paranóide do *radicalismo*, reconhecia: «A reacção trabalha [...] Da liberdade se socorrem os que a pretendem assassinar¹⁰⁴.» E o insuspeito

⁹⁹ Na sessão de 16 de Agosto de 58 Sant'Anna levantara na Câmara a questão das irmãs de caridade, dando a oportunidade ao governo de sepultar o caso numa comissão parlamentar (cf. p. 19 e nota 44, *supra*).

¹⁰⁰ *O Português*, 19-2-59.

¹⁰¹ *Ibid.*, 24-2-59.

¹⁰² *Jornal do Comércio*, 26-2-59.

¹⁰³ *Ibid.*

¹⁰⁴ *Revolução de Setembro*, 4-3-59.

Rodrigues Sampaio confirmava igualmente que «a reacção é uma ideia que procura sem dúvida triunfar»¹⁰⁵.

Quem a promovia não eram apenas confessos «ultramontanos» ou «lazaristas». Os seus agentes estavam bem infiltrados nas câmaras e no próprio governo. Loulé autorizara a «introdução» das irmãs de caridade; e a concordata, «com as suas disposições irritantes e ultramontanas, é obra do sr. Ávila»¹⁰⁶. E a obra do sr. Ávila não se ficava por aqui. Preciado de dinheiro para os seus planos financeiros, o ministro levava ao parlamento um projecto para o reagrupamento dos conventos de freiras, devendo ser amortizados os bens dos que desaparecessem com a reforma. Mas o projecto, em vez de tender para a definitiva extinção da espécie, autorizava, pelo contrário, que se continuassem a fazer «profissões» nos que houvessem de subsistir. Esta segunda «anfibiologia» não agradou a ninguém e irritou toda a gente. *O Português* interpretou o caso como equivalendo ao «estabelecimento de ordens religiosas ou professoras»¹⁰⁷. Na câmara electiva, Pinto Coelho, falando pelo partido *católico*, qualificou o projecto de «espoliador»¹⁰⁸ e acusou o ministro de ter aberto uma «devassa» no distrito de Viana contra os signatários das representações contrárias à reorganização dos conventos¹⁰⁹. Pessoalmente visado, até Ávila descobriu que a «reacção» existia e prometeu que havia de «empregar todos os esforços para a não deixar dar um passo»¹¹⁰. Não o impressionariam nem «cem mil assinaturas contra o projecto dos conventos» porque, disse, não via nelas «senão a influência de meia dúzia de pessoas»¹¹¹. Seriam meia dúzia, mas possuíam vasta influência e grandes meios. «Há reacção», atalhou Ferrer, «há reacção religiosa [...] de braços dados com a reacção política», e era preciso que a liberdade «reagisse»¹¹². Mendes Leal estava com Ferrer. O «exercício do direito de petição» contra a venda dos bens das freiras era «principalmente uma conjuração clerical» que progredia através da «duplicada e imperiosa potestade do púlpito e do confessionalário». Mendes Leal via a liberdade ameaçada e assegurava que ela não se salvaria com a moleza dos que a diziam «inabalável»¹¹³. A sessão, comentou o *Jornal do Comércio*, foi «uma indicação do estado dos espíritos», «uma escaramuça indicativa da batalha campal que se está preparando no país». Para *O Português*, «foi uma grande vitória para a liberdade»¹¹⁴.

¹⁰⁵ *Ibid.*, 13-3-59.

¹⁰⁶ *Ibid.*, 3-3-59.

¹⁰⁷ Cit. pela *Revolução de Setembro*, de 8-3-59.

¹⁰⁸ *DCD*, 2-3-59.

¹⁰⁹ *O Parlamento*, 3-3-59.

¹¹⁰ *Ibid.*

¹¹¹ *Ibid.*

¹¹² *Ibid.*

¹¹³ *Ibid.*

¹¹⁴ *O Português*, 3-3-59.

Mas com tudo isto ainda não se sabia bem quem eram os «reaccionários» e quem eram os «liberais» nem, muito principalmente, de que lado estava inequivocamente o governo. E era, além disso, preciso que o «Partido Liberal» desse uma prova solene da sua unidade. Para atender a estas necessidades, José Estêvão apresentou uma «moção anticlerical» destinada a demonstrar «um acordo das facções liberais desta câmara»¹¹⁵. Infelizmente, o debate e as votações tumultuárias que se seguiram provaram precisamente que apenas havia acordo sobre o desejo de censurar o governo. Tudo o mais era incerto. Havia reacção: mas só uma reacção? E só a reacção «religiosa»? Não a haveria também «anti-religiosa»? E, além disso, «política»? Para atender a tantas dúvidas, contemplar tantas *nuances*, acautelar tantas susceptibilidades, José Estêvão e um grupo de *radicais* apresentaram no dia 4 de Março uma nova redacção, oferecendo-a à Câmara como uma «proposta do Partido Liberal» em que apenas se queria «dizer à reacção que faça alto». A proposta era isso e nada mais: nem «de oposição nem de governo». Todos os sinceros liberais a podiam e deviam votar¹¹⁶. Rezava singelamente: «A câmara, reconhecendo que o exercício do direito de petição é livre para todos os partidos e opiniões, convida o governo a atender aos princípios liberais inaugurados pela restauração, mantendo a execução das leis que os consignam, e opondo-se com firmeza às demasias e abusos de influência de qualquer espécie de influência religiosa.»

Tratava-se, pois, de «sustentar as instituições liberais» e de manter em toda a sua plenitude o direito de petição. Como interrogou, retoricamente, Mello Soares, «qual será o deputado que não quer esta ideia»¹¹⁷? Na verdade, seria difícil conceber uma moção mais inócua e defensiva. Desde logo, a referência ao direito de petição significava uma cedência à direita *católica*, que exigia a liberdade de as freiras protestarem contra a reunião dos seus conventos e a venda dos seus bens. Depois, ficava por esclarecer de que reacção ou reacções se tratava específica e concretamente. Mártens Ferrão declarou desconhecer «oficialmente se há ou não reacção», uma vez que «nem o governo se lhe opõe nem vem pedir meios contra ela». Entendia, por conseguinte, que a moção apenas traduzia uma «aspiração abstracta, para fortificar o governo contra o princípio reaccionário», e então queria que ficassem «compreendidas todas as espécies de reacção: a religiosa, a anti-religiosa e a política»¹¹⁸. Foi «terrível» este «ardil da minoria», lamentou depois *O Português*¹¹⁹.

¹¹⁵ DCD, 2-3-59.

¹¹⁶ *Ibid.*, 5-3-59.

¹¹⁷ *Ibid.*, 4-3-59.

¹¹⁸ *Ibid.*, 9-3-59.

¹¹⁹ 16-3-59.

Nas três sessões que a moção levou a ser votada deram-se desordens indecorosas que tanto revelaram o fraccionamento do «Partido Liberal» como a desorientação do ministério, que preventivamente declarou pela boca de Ávila que não tomava o caso como «um voto de censura». Mas o certo é que toda a gente o tomava como tal¹²⁰. Pois que outro significado podia ter a moção, a não ser que o governo não impunha o respeito dos princípios liberais nem se opunha aos abusos de influência religiosa? Posta à votação, a câmara inteira, à excepção de sete *católicos* ou legitimistas, mostrou o seu pendor rasgadamente liberal. E podia a «maioria», isto é, os que supostamente deviam apoiar o ministério, poupar-lhe este desaire? Não podia porque, como escreveu Latino Coelho, isso seria o mesmo que declarar-se «pública e solenemente fatora e cúmplice nas tramas reaccionárias»¹²¹. A «maioria» censurou, portanto, o governo. Segundo o cálculo dos *radicais*, este desfecho obrigá-lo-ia a reconstruir-se com elementos da confiança do «Partido Popular». Segundo o cálculo dos regeneradores, obrigá-lo-ia a demitir-se.

Mas os ministros, que já ninguém sabia o que representavam, escudados no irrisório argumento de Ávila de que a moção era uma «simples exposição de princípios e nada mais, sem relação alguma com o governo»¹²², não se resignavam a largar as pastas. A questão religiosa fora suscitada no parlamento quando estava já em curso a discussão do contrato com Samuel Petto para a construção do prolongamento do caminho de ferro Lisboa-Porto a partir de Santarém. Esta era a quarta versão de um «contrato provisório» originariamente assinado pelo ministro Carlos Bento em 4-6-57¹²³, do qual havia quem dissesse que tinha «a consciência escravizada ao sr. Petto»¹²⁴. A opinião pública e partidária estava dividida entre o método da adjudicação, que o presente contrato contemplava, e o método do concurso, que os históricos dantes também tinham defendido. Corria que a mudança de opinião se conseguira por corrupção, prometendo «aos deputados muitas colocações» na futura companhia de caminhos de ferro¹²⁵. Ora já em 24 de Fevereiro o «sr. Marreca» tinha proposto na Câmara que «se mantivesse o princípio do concurso», causando com isso «tumultos e desordens»¹²⁶. A proposta de Oliveira Marreca sinalizara o ataque dos *radicais* e deixara antever que seria este «o

¹²⁰ *O Futuro*, 10-3-59, foi explícito a este respeito; e a *Revolução de Setembro*, 13-3-59, não foi menos taxativa: «Para quem não está cego, a Câmara resolveu a questão das irmãs de caridade contra o governo.»

¹²¹ *Revolução de Setembro*, 4-3-59.

¹²² *DCD*, 9-3-59.

¹²³ A segunda e terceira versão datavam, respectivamente, de 28-8-57 e 28-7-58. A quarta, que agora entrara em discussão, fora assinada em 1-3-57 (cf. a *Revolução de Setembro*, 2-3-59). Note-se que *O Parlamento* refere 8-4-57 como a data da primeira assinatura.

¹²⁴ *O Parlamento*, 24-2-59.

¹²⁵ *Revolução de Setembro*, cit. por *O Futuro*, 12-3-59.

¹²⁶ *Jornal do Comércio*, 24-2-59.

artifício agora combinado para combater o ministério»¹²⁷. No fim de Fevereiro, Lobo d'Ávila apresentou uma proposta formal para a rescisão do contrato já firmado com o sr. Petto¹²⁸. *O Português*, que este caso colocava numa posição deveras embaraçosa, inclinou-se, finalmente, para o parecer «do nosso correligionário político, o sr. Sousa Brandão», que refutava ambos os métodos e defendia que o governo se encarregasse da obra e que esta se fizesse por conta do Estado¹²⁹. Mas nesta altura as comissões parlamentares de obras públicas e fazenda, reunindo ao todo quinze membros, já tinham decidido a sorte do governo. A 6 de Março era dado como certo que a maioria deles votara contra a proposta governamental¹³⁰ e a 12 a *Revolução* fornecia os números exactos: o governo perdera por sete votos contra oito, mas, daqueles sete, quatro comissários tinham assinado com «declarações»¹³¹. Como comentava *O Futuro*, nem «os próprios amigos mais íntimos do governo» se queriam comprometer¹³².

A 14 de Março Sebastião José de Carvalho apresentou uma moção em que se pedia ao governo que explicasse por que motivos se não «reconstruía»¹³³. A 16 *O Português* anunciava a demissão formal do governo, pedida na véspera por Loulé, e explicava a fatalidade que o tinha manietado. «A maioria da câmara popular estava fraccionada.» Havia, *dentro* da maioria global do governo, uma «maioria» e uma «minoria». A primeira era formada por «progressistas» que «ainda se lhe conservavam fiéis», mas que com o tempo tinham deixado de ser incondicionais. A segunda era formada pelos deputados avilistas. Ora «esta porção de homens» seguia uma «política exclusiva», não tolerando «que fossem chamados ao ministério homens de outra política». Dada esta intransigência, tornava-se impossível uma reconstrução «progressista», porque neste caso a maioria global do governo «se desmantelava»¹³⁴.

Faltava esclarecer que a inversa era igualmente verdadeira: a maioria global também se desmantelaria com uma reconstrução avilista. «De sorte que o ministério se via na impossibilidade de se recompor, pelas intrigas da minoria e pela oposição da maioria às pessoas com quem se queria recompor»¹³⁵. Loulé estava, portanto, de mãos e pés atados, a menos que se tivesse querido imolar ao progressismo. Mas não quisera; e a parte *radical* deste,

¹²⁷ *Ibid.*, 23-2-59.

¹²⁸ *Ibid.*, 1-3-59.

¹²⁹ *Ibid.*, 4-3-59; *O Português*, 15-3-59.

¹³⁰ *Revolução de Setembro*, 6-3-59. Notícia confirmada por *O Futuro*, 12-3-59.

¹³¹ Os resultados apresentados neste dia pela *Revolução de Setembro*, apesar de rectificadoss, ainda são confusos. Mas resta que a derrota do governo era incontrovertida.

¹³² 12-3-59.

¹³³ *Revolução de Setembro*, 15-3-59.

¹³⁴ *O Português*, 16-3-59.

¹³⁵ *Ibid.*

depois de ter várias vezes tentado obrigá-lo a definir-se, abandonou-o na questão Petto e determinou a sua queda.

E que motivos podia haver para que o radicalismo continuasse a sustentar Loulé no poder? De facto, não se viam. Na questão religiosa, esse divisor de campos entre a «reação» e a «liberdade», o marquês não tomava partido e com isso favorecia a «reação». Depois, as suas inclinações iam para as ideias de «fusão» numa época em que «as tendências da nova sociedade portuguesa» eram já «todas para o exclusivismo partidário»¹³⁶. As «gerações novas», chegadas à política depois de 1851, ignoravam os «malefícios do exclusivismo», descreiam da «eficácia do princípio de fusão» e não se consideravam ligadas «aos compromissos da Regeneração»¹³⁷. Exigiam partidos com ideologia definida e uma política coerente. Esta coerência incluía a substituição do pessoal administrativo em nome da sua sintonização partidária com o governo e requeria que este fosse «dócil» para com os «amigos», sobretudo quando estes «tinham só pedidos a favor das coisas públicas»¹³⁸. Ora Loulé não fizera nada disto. Por «tolerância» mal entendida, conservara as mesmas «autoridades», que depois lhe fizeram «guerra crua com a palavra e o poder», e abandonava os «amigos», que «ou desapareciam ou ficavam desconceituados perante os seus constituintes, que lhes reclamavam o favor dos seus pedidos»¹³⁹. Em poucas palavras: o marquês traía aqueles a quem devia os «triumfos eleitorais».

Depois da queda do governo, soube-se que José Estêvão, possivelmente porque tardava a ganhar corpo o «novo partido» que andava a organizar, tentara demover Loulé a aceitar a chefia de uma coligação de históricos e regeneradores¹⁴⁰. Alegando uma fidelidade a Ávila que não respeitaria depois em 1862, Loulé escusou-se. Mas seria a ideia viável caso tivesse sido aceite? O perfil do gabinete Terceira que lhe sucedeu (16-3-59-1-5-60) sugere que não seria¹⁴¹.

¹³⁶ *Jornal do Comércio*, 25-3-59.

¹³⁷ *Ibid.*

¹³⁸ *O Português*, 16-3-59.

¹³⁹ *Ibid.*

¹⁴⁰ *Jornal do Comércio*, 19-3-59.

¹⁴¹ Duque da Terceira, Presidência, Guerra e Estrangeiros; Fontes Pereira de Melo, Reino; Mártens Ferrão, Justiça; Casal Ribeiro, Fazenda; marechal Ferreri, Marinha; Serpa Pimentel, Obras Públicas.

Falou-se que este gabinete era de «reconciliação» entre regeneradores e cartistas (ex-cabralistas). Ora Ferreri era realmente um ex-cabralista, mas detinha a pasta menos importante e depois, tendo morrido em 16 de Março, foi substituído por Fontes. Terceira morreu em Abril de 1860, tendo-lhe sucedido um gabinete regenerador, presidido por Joaquim António de Aguiar, em que Sá Vargas, na Marinha, representava um simulacro de aliança com os cartistas. Este esboço de aliança com o cartismo ou ex-cabralismo não produziu resultados sólidos nem duradouros. Em 1862 já o conde de Tomar escrevia ao marquês de Fronteira que os regeneradores tinham tratado os cartistas com «pouca lealdade», acrescentando que «sigam eles o seu caminho [...] nós seguiremos o nosso», in *Memórias do Marquês de Fronteira e Alorna*, Lisboa, 1986, apêndice, p. 191.

Apregoou-se que tinha sido formado em nome de uma «reconciliação», mas, exceptuando o ex-cabralista Ferreri e o próprio Terceira, era inteiramente regenerador. O *Parlamento* observou que no novo governo não «se equilibrava, como conviria, o chamado Partido Conservador» e que também não figurava nele «nenhum cavalheiro dos denominados históricos»¹⁴². A nova situação já era, portanto, como dizia o *Comércio*, «um sofisma desse princípio/de fusão/»¹⁴³.

Um princípio que era, afinal, lendário. A lenda nascera dos dois primeiros anos de governação regeneradora, quando esta contemplara alguns «próceres» do antigo setembrismo com cargos importantes e comissões remuneradas. Foi esta equanimidade, de facto inédita nos anais do constitucionalismo, que à época passou por «fusão». Mesmo sob esta modalidade muito mitigada e até inócua — que, cumpre notar, nunca teve expressão a nível governativo —, uma tal «fusão» só podia durar até que a esquerda se refizesse do golpe sofrido em 1851, se desentranhasse com identidade própria da Regeneração e pudesse aspirar a formar um governo seu. Desde 1853, com o lançamento de *O Português*, que este processo estava em curso. O governo Loulé-Ávila, formado contra os regeneradores, não passou de uma coligação precária de «contrárias facções políticas» que, muito longe e diversamente de se «fundirem», pelo contrário, se guerrearam sem quartel até à queda final. Depois desta, como se disse, o «princípio da fusão» entre históricos e regeneradores também não vingou. De resto, desde a demissão de Vicente Ferrer em Maio de 1857 que o repúdio de um tal princípio se convertera no objectivo mesmo da esquerda mais *radical*, que, como vimos, pôde amarrar os moderados à sua estratégia de bipolarização política. Ateada pela questão religiosa, esta acentuou-se a partir de 1858, tornando irrisório qualquer plano de aliança histórico-regeneradora: sem os *radicais*, os moderados seriam absorvidos e neutralizados pelos seus parceiros de uma hipotética «fusão». Resta acrescentar que não há indícios de que ela estivesse nos planos dos regeneradores, como, aliás, se prova pela composição do governo Terceira e os contemporâneos também notaram. De modo que os factos continuaram a desmentir a retórica conciliatória que, talvez sob o efeito de uma memória traumatizada pelas dissensões do passado, alguns tentavam ainda sobrepor à irremediável divisão do «Partido Liberal».

¹⁴² 18-3-59.

¹⁴³ *Jornal do Comércio*, 25-3-59.